

EXM.^O SR. DR. JUIZ ELEITORAL DA
143.^A ZONA – SANTO ESTEVÃO - BA

CLÁUDIO ANDRADE RÊGO, infra-assinado,
PERITO OFICIAL, nos autos do **PROCESSO N.º 405/2000 –**
IMPUGNAÇÃO N.º 170, em função da AUDIÊNCIA PARA CÓPIA DAS
MEMÓRIAS ELETRÔNICAS (“FLASHCARDS”) DAS URNAS
ELETRÔNICAS DE VOTAÇÃO, realizada, aos 10 (DEZ) dias do mês de
Setembro de 2002, no Pólo de Informática 02, em Feira de Santana/BA, vem,
mui respeitosamente, trazer a vosso conhecimento que:

1. Foram extraídas as memórias eletrônicas
 (“flashcards”) de todas as Urnas utilizadas nas
 Eleições Municipais de Santo Estevão no ano de
 2000, à vista de todos os presentes, incluindo
 V.EX.^a e o único Assistente Técnico que se dignou
 a comparecer;

2. O zelo técnico da operação foi garantido pelo
 fornecimento e manipulação de todo o equipamento
 exclusivamente pela empresa fabricante e pela
 equipe de apoio do TRE/BA;

3.A “flashcard” interna, memória na qual reside o programa de votação, mostrou-se **física e diretamente acessível, sem violação do lacre, EM TODAS AS URNAS UTILIZADAS NAQUELA ELEIÇÃO, INCLUSIVE AS RESERVAS;**

4.Tentou-se então copiar, na presença de todos, o conteúdo das “flashcards” interna e externa das Urnas solicitadas, meta frustrada por deficiências técnicas do equipamento disponibilizado pelo TRE/BA;

5.Deslocaram-se então os interessados para o Fórum da cidade, na tentativa de utilizar outros equipamentos da Justiça Eleitoral ali existentes, na expectativa da consecução daquelas cópias;

6. Naqueles equipamentos foi conseguida a cópia simples das memórias eletrônicas requisitadas, tendo sido os mesmos computadores, porém, incapazes de produzir cópia com uso do programa próprio do Perito Oficial, PROGRAMA DE USO JÁ AUTORIZADO NESSA PERÍCIA E ESSENCIAL PARA DEFINIR DIVERSAS HIPÓTESES ACERCA DOS FATOS OCORRIDOS;

7.A análise posterior dos dados obtidos acusa a presença, naquelas memórias, de pequenos programas, com extensão “.bat”, os quais, na verdade, controlam todo o fluxo de instruções executado pelo programa principal da Urna Eletrônica. Por sua natureza e conteúdo, tais programas mostraram-se responsáveis por executar diversas funções sensíveis do sistema, tais como iniciar os processos de votação e apuração e verificar a integridade de outros programas, ao mesmo tempo em que se revelam passíveis de modificações até mesmo por iniciantes em informática, podendo ser alterados e auto-reprogramados para permitir desvios de procedimentos sem deixar sinais visíveis, a não ser nos resultados das eleições. O Anexo I destaca o conteúdo de um deles, o arquivo SETUP.BAT, mostrando como sua estrutura, em formato de texto aberto e diretamente legível, até mesmo por V.EX.^a, esteve vulnerável ao longo de todo o

processo, especialmente por ter sido comprovada a possibilidade de ter havido acesso físico às “flashcards” internas das urnas, onde estes arquivos estavam instalados, SEM QUE OS LACRES EXTERNOS FOSSEM ROMPIDOS;

8.A ausência de cópia do CD-ROM original, com os programas apresentados aos partidos políticos naquele ano, continuamente solicitado ao TSE nestes Autos e ainda sem atendimento, impossibilita ao Perito Oficial saber se tais programas fazem parte do Sistema Eleitoral Eletrônico ou foram inseridos ali de forma equivocada ou mesmo clandestina;

9.EM VERDADE, SEM CÓPIA DO ORIGINAL, É IMPOSSÍVEL DETERMINAR SE OS PROGRAMAS ALI ENCONTRADOS SÃO OS DA JUSTIÇA ELEITORAL, NA FORMA E CONTEÚDO PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO, OU ADULTERAÇÃO, EQUIVOCADA OU COM PROPÓSITOS ESPECÍFICOS;

10. Não obstante, persiste o fato de que, de forma legal ou não, os programas estavam instalados nas Urnas Eletrônicas de Votação, dentro das “flash cards”, e podem ter sido utilizados para fins contrários ao da Verdade Eleitoral, bastando, para isso, seu acionamento, EVENTO QUE NÃO DEIXA RASTRO;

11. Conclui-se, desta forma, que a única segurança possível naquelas Urnas teria sido conseguida através dos lacres assinados pelos fiscais dos Partidos, lacres os quais provou-se, à vista de todos, serem imprestáveis para tal finalidade.

Desta forma e pelas conclusões anteriormente emitidas e revalidadas, a lembrar: a incapacidade do TRE/BA em explicar a inusitada geração de 03 (TRÊS) “flashcards” de carga, bem como promover adequadamente o controle, guarda e segurança das mesmas; a falta de comprovação sobre quantas e quais “flashcards” de carga foram efetivamente utilizadas e conseqüente impossibilidade de confiança na veracidade das informações e registros eleitorais das Urnas Eletrônicas por elas alimentadas; a ausência, na Eleição, de procedimentos de segurança básicos, compostos por assinaturas físicas exaradas nas “flashcard” de carga geradas ou registro de características individuais, tais como número de série, adotados, por iniciativa do próprio TRE/BA, na simulação daquela; a grande resistência a falhas técnicas da mídia utilizada, tornando desnecessária a geração de tantas cópias da mesma, o que só convinha a abrir lacunas de segurança no sistema; a possibilidade de se gerar inúmeras cópias oficiais e válidas para a Eleição da “flashcard” de carga, sem a necessidade de se utilizar a rede central de um TRE e com destinos posteriormente ignorados, todas capazes de emitir resultados eleitorais fictícios e aceitos como verdadeiros pelo sistema de Totalização; os diferentes e inexplicáveis tempos registrados na seqüência de carga das Urnas; a comprovada execução de operações com a chave de acionamento daquelas Urnas na posição “desligada”, especialmente registros

de Urna Eletrônica sendo desligada no meio de voto do eleitor e ainda assim aceitando o voto antes de ser oficialmente religada; o inquestionável acesso físico às Urnas, envolvendo manipulação de conteúdo, em datas e horários incompatíveis com a rotina típica dos funcionários da Justiça Eleitoral; a necessidade da confiabilidade no relógio interno das Urnas Eletrônicas, sob pena da invalidação de qualquer informação horária apresentada pelos “LOGs” das mesmas; a presença de Urna Eletrônica comprovadamente carregada após a data da Audiência de Carga e Lacração contendo lacre intacto e com assinatura reconhecida pelo autor como aquela lançada na data oficial, 48 (Quarenta e Oito) horas antes; a detecção do lançamento de registros, durante a operação de Urna considerada válida, com data do ano de 1970 (HUM MIL NOVECIENTOS E SETENTA); a detecção, em uma Urna, da ausência do registro da emissão do Boletim de Urna e da gravação deste no disquete magnético, assim como de outras mensagens básicas nos “logs” de várias Urnas, tais como o imprescindível “VOTO COMPUTADO”; e a falta ou grave deficiência de Auditoria Interna cercando o processo, evidenciada pela completa carência de documentos, bem como pela hesitação e contradições gritantes, com fatos comprovados, nas respostas prestadas pelo TRE/BA, assim como pelo fato de que qualquer novo elemento de

convicção a ser apresentado pode apenas modificar a autoria ou aumentar a gravidade, e não contraditar os fatos em si,

CONCLUI o Perito, **Em Caráter Terminativo**, pela **RATIFICAÇÃO da absoluta insegurança técnica das Urnas Eletrônicas utilizadas na votação ocorrida na Eleição Municipal de Santo Estevão no Ano de 2000, com o CONSEQUENTE E INEVITÁVEL COMPROMETIMENTO DA CONFIABILIDADE DE SEUS RESULTADOS**, cenário de cujas conseqüências jurídicas vos cabem a partir daqui.

Por fim, solicita o depósito da verba honorária complementar já ordenada por V. EX.^a em fls., visando recuperar parcela das vultosas despesas havidas com os sucessivos deslocamentos e demais gastos os quais se fizeram necessários.

Nada mais havendo a esclarecer, dá-se por encerrado o presente laudo, o qual consta de 11 folhas, vinculado a Anexo composto por 147 folhas, impressas de um só lado, rubricadas todas, sendo esta última datada e assinada.

O Perito coloca-se, desde já, à disposição deste Douto Juízo, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas porventura emanadas do presente LAUDO PERICIAL.

Nestes Termos,

Pede Deferimento e Juntada.

Santo Estevão, 01 de Setembro de 2004

Cláudio Andrade Rêgo .:
Perito Oficial